

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_ DE 2019**

**(Da bancada do PSOL)**

*Requer ao Ministro de Estado da Educação informações acerca de suposta tentativa de acesso, fora dos limites definidos em Lei, a dados sigilosos de estudantes.*

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, com o seguinte teor:

- 1) Existe previsão de utilização de dados pessoais de estudantes universitários, por parte do MEC, para algum outro fim que não os previstos no Decreto nº 6.425/2008? Em caso positivo, que previsão seria essa? E com que intuito?
- 2) O que motivou a demissão do Sr. Elmo Vicenzi do cargo de Presidente do INEP, menos de um mês após sua posse no referido cargo? Houve, nesse curto período, algum fato novo que tornasse desaconselhável ou inconveniente sua permanência à frente do Instituto?
- 3) Solicitamos cópia do Ofício nº 83/2019 do Gabinete da SESU-MEC;

- 4) Solicitamos cópia da Nota Técnica nº 5/2019/CGCQTI da Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.
- 5) Solicitamos cópia de manifestação jurídica, caso exista, da Procuradoria Federal junto ao INEP sobre a intenção de utilização dos dados pessoais dos estudantes universitários, constantes do Censo da Educação Superior.
- 6) Os advogados que assinaram manifestação referida no item 4), acima, continuam no exercício de suas funções na Consultoria Jurídica do INEP? Caso contrário, o que motivou a demissão, ou as demissões?

### **JUSTIFICATIVA**

No último mês de maio, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, frequentou o noticiário por conta de um episódio ainda nebuloso que culminou na demissão de seu Presidente recém-empossado, o Sr. Elmer Vicenzi. Reportagens publicadas em diversos veículos de comunicação deram conta de que teria havido uma solicitação, por parte da direção do MEC, para que o Inep facultasse acesso a dados sigilosos de estudantes – com vistas, possivelmente, à emissão de uma nova carteira estudantil.

Essas informações geraram compreensível desconforto, tendo em vista garantias legais que protegem o sigilo de dados pessoais, bem como a

importância desse mesmo sigilo para a coleta de informações dos cidadãos, com vistas à elaboração de políticas públicas eficazes. Eis porque se fazem necessários esclarecimentos, para que não parem quaisquer dúvidas acerca da lisura e do compromisso com a legalidade por parte da atual cúpula do Ministério da Educação.

Sala das Sessões, de julho de 2019.

Ivan Valente  
Líder do PSOL